



**A Biodiversidade
em destaque**

EDITORIAL

**Nelson Brasil:
Ainda a Conferência
da OMC em Hong Kong**

OPINIÃO

**Ricardo Maranhão:
O desafio energético do
Brasil nos dias atuais**

ENTREVISTA

**Ricardo Sennes:
O ambiente macro e
o microeconômico**

ARTIGO DA CASA

**Marcos Oliveira:
O desenvolvimento
em questão**



DESTAQUE

**Apresentamos a empresa PVP e seu diretor
Marc Jacob, comentando sua rica experiência
com a cera de Carnaúba**

Corpo Dirigente

Conselho Administrativo

Presidente: Dante Alarío Junior

Conselheiros Beneméritos

Dante Alarío Junior (Biolab Sanus Farmacêutica Ltda)
 Fernando de Castro Marques
 (União Química Farmacêutica Nacional S/A)
 Kurt Politzer (IQT - Indústrias Químicas Taubaté S/A)
 Luiz Guedes (Milena Agro Ciências S/A)
 Pedro Wongtschowski (Oxígeno S/A Indústria e Comércio)
 Rubens Novicki (Fábrica Carioca de Catalisadores S/A)
 Virgílio Cesar Vicino (Agricur - Defensivos Agrícolas Ltda)

Conselheiros Eleitos

Alberto Ramy Mansur
 Antônio Salustiano Machado
 Carlos Alberto Studart Neto
 Eduardo Eugenio G. Vieira
 Fernando Adolpho R. Sandroni
 Fernando César Barbosa
 Fernando Steele da Cruz
 Isaac Plachta
 José Antonio Fontes
 José de Freitas Mascarenhas
 Josimar Henrique da Silva
 Manoel Zauberman
 Nelson Chachamovitz
 Nelson Brasil de Oliveira
 Orvil Costa

Diretoria Executiva

Presidente: Luiz Cesar Auvray Guedes

Vice-Presidente: Nelson Brasil de Oliveira
 Vice-Presidente: Fernando de Castro Marques
 Vice-Presidente: Jorge Alberto V. Studart Gomes
 Vice-Presidente: Kurt Politzer
 Vice-Presidente: Leodônio Francisco Schroeder
 Vice-Presidente: Marcos Henrique de Castro Oliveira
 Diretor de P&D de Tecnologia: Marcos Godinho Tavares
 Diretor de Comércio Exterior: José Alberto de Senna
 Diretor de Qualidade e Informação Técnica:
 José Machado Neto
 Diretora de Estudos da Biodiversidade: Poliana Silva
 Diretor de Projetos Especiais: João Alexandre Viegas

Expediente

Editoria e Fotos: Cláudia Craveiro
 claudia@ABIFINA.org.br
 Projeto e Produção Editorial: Scriptorio Comunicação
 21 2532 6858 - www.scriptorio.com.br

Os artigos assinados e as entrevistas são de responsabilidade do autor e não expressam necessariamente a posição da ABIFINA. A entidade deseja estimular o debate sobre temas de relevante interesse nacional, e nesse sentido dispõe-se a publicar o contraditório a qualquer matéria apresentada em seu informativo mensal

ABIFINA - Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades
 Av. Churchill, 129 / Grupo 1102 • Centro
 CEP 20020-050 • Rio de Janeiro • RJ
 Tel./Fax: 21 2544 6129
 www.ABIFINA.org.br

Ainda sobre o encontro da OMC em Hong Kong



Nelson Brasil de Oliveira
 Vice-Presidente da ABIFINA

A 6ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada no período compreendido entre 13 e 18 de dezembro de 2005, em Hong Kong, na China, é mais um evento componente da Rodada de Doha, organizada pela instituição. Esta rodada foi iniciada em 2001 destinando-se a definir mudanças nos acordos firmados no âmbito do GATT pela Rodada Uruguaí, concluída em Marraqueche no ano de 1994, mas cujos resultados se mostraram extremamente desequilibrados quanto aos direitos e obrigações das partes, ao promover a prosperidade de poucos países desenvolvidos em detrimento da maioria em desenvolvimento.

A Conferência de Hong Kong, a despeito da descrença de muitos analistas, se constituiu num proveitoso encontro envolvendo representantes de mais alto nível dentre os 149 países membros da OMC.

A Declaração Ministerial, emitida no dia 18 de dezembro, enfatiza tópicos de extrema relevância para os países em desenvolvimento, numa demonstração clara de que negociações internacionais requeiram competência e organização, como apresentados pelo Grupo dos 20 países coordenados pelo Brasil, e não passam pela simples subserviência às nações de primeiro mundo, como ocorreu no passado. Den-

tre os tópicos constantes da Declaração emitida pela 6ª Conferência da Rodada de Doha devem ser destacados:

- Pela primeira vez é fixada uma data definida para a eliminação de todas as formas de subsídios às exportações de produtos agrícolas, a ser implantada gradativamente até 2013 – data limite, mas com substancial corte a ser efetuado antes de 2010.

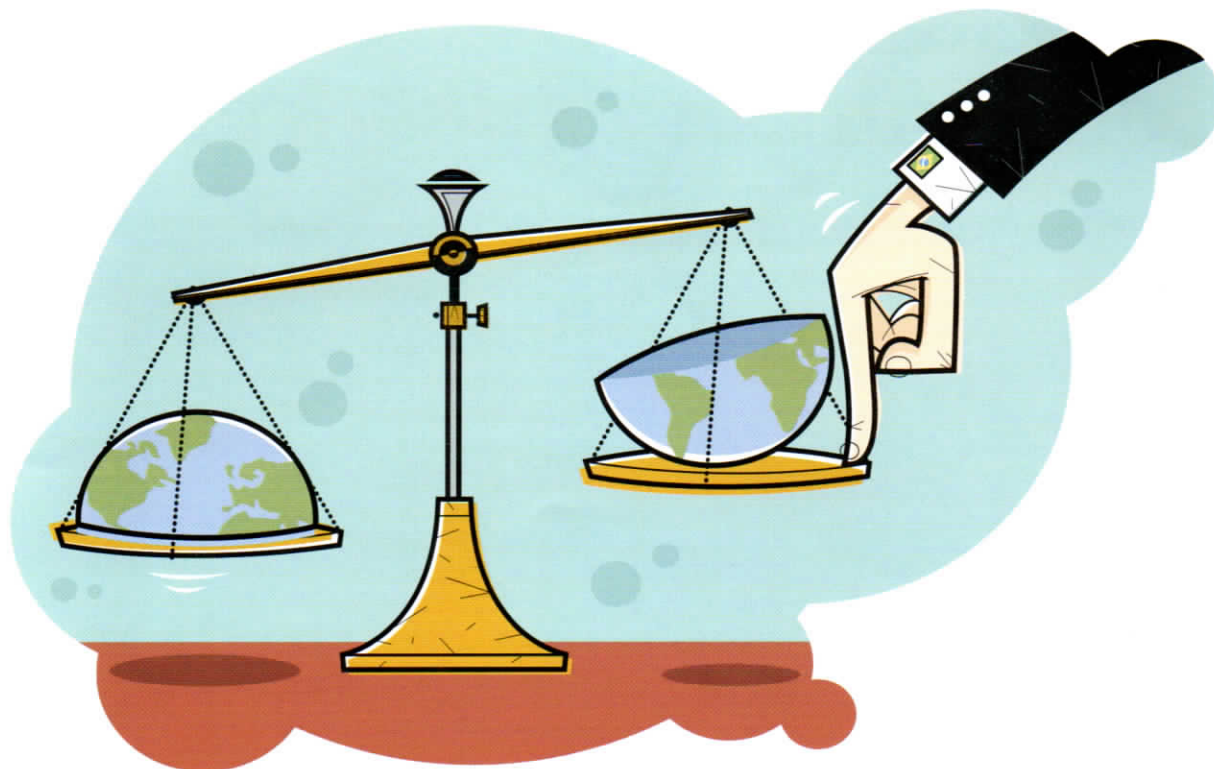
- Deve ser ressaltado, também, que pela primeira vez foi acordado que haverá uma efetiva abertura no mercado agrícola dos países de primeiro mundo como pré-requisito para maiores concessões no mercado de produtos industrializados e de serviços, localizados nos países em desenvolvimento.

- Todas as formas de subsídios para o algodão deverão ser eliminadas pelos países desenvolvidos até o final de 2006, coincidindo com o término da Rodada de Doha.

“A Conferência de Hong Kong, a despeito da descrença de muitos analistas, se constituiu num proveitoso encontro envolvendo representantes de mais alto nível dentre os 149 países membros da OMC.”

- Plena convergência no que concerne ao tratamento diferenciado entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, matéria que pode parecer requinte técnico, mas que efetivamente terá uma ampla repercussão favorável aos menos desenvolvidos, ao longo das futuras negociações internacionais no âmbito da OMC.

- Preservação de espaços que permitam a adoção de políticas públicas visando promover o desenvolvimento econômico, industrial e social dos países menos desenvolvidos em áreas do seu interesse estratégico.



• Redução das tarifas de importação, que protegem indústrias domésticas, através do mecanismo conhecido como “fórmula suíça” com mais de um coeficiente, significando tratamento diferenciado para países mais e menos desenvolvidos. Esse instrumento permitirá a realização de uma abertura comercial do mercado interno de produtos industrializados, localizados nos países em desenvolvimento, por estes monitorada de forma mais ou menos ampla, em função da abertura real que vier a ocorrer no mercado agrícola dos países desenvolvidos.

Como uma síntese da 6ª Conferência da Rodada de Doha pode-se afirmar que o Brasil, contando com forte suporte da China e da Índia, conseguiu consolidar uma posição de liderança no Grupo dos 20, além de alcançar uma expressiva conciliação de interesses de todos os países em desenvolvimento que, no âmbito da OMC, excedem ao número de cem nações independentes. Trata-se de um esforço hercúleo, competentemente desenvolvido em low profile pelo Itamaraty, que terá amplas e favoráveis repercussões em futuras negociações nesse nível, e que foi iniciado na 4ª Conferência da Rodada de Doha, realizada em Cancun em 2003 e, igualmente, considerada de resultados frustrantes

“...o Brasil, contando com forte suporte da China e da Índia, conseguiu consolidar uma posição de liderança no Grupo dos 20, além de alcançar uma expressiva conciliação de interesses de todos os países em desenvolvimento...”

por muitos analistas pouco afeitos a tais atividades.

Nesse cenário é oportuno lembrar que em agosto/2005 vazaram informações contidas em documento elaborado por economistas do Ministério da Fazenda, onde era sugerida a redução drástica das tarifas aduaneiras consolidadas pelo Brasil na OMC, de 35% (máximo) para algo em torno de 10%. O objetivo perseguido nessa proposta repetia equivocada estratégia usada nos anos 90, quando se acreditou que uma generosa e unilateral concessão feita pelo Brasil resultaria num amplo reconhecimento ao seu gesto e, em decorrência, haveria também uma generosa retribuição pelo mundo desenvolvido. Essa simplória e ineficaz linha de pensamento levou ao sucateamento de expressivo par-

que produtivo nacional nos anos 90, sem qualquer ganho de mercado externo.

Nesse cenário foi dito que o Brasil deveria abrir sua economia ao mesmo nível alcançado pelos demais países emergentes no mundo. No entanto, competente estudo realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostrou que o Brasil, ao contrário de crença muito difundida, é uma economia mais aberta, menos protetora do mercado interno do que China, África do Sul, Índia, México, Rússia, Tailândia, Venezuela e Vietnã, perdendo somente para a Coreia, para ficar apenas no rol dos países emergentes.

O Brasil na Rodada de Doha, em especial a partir da Conferência de Cancun, passou a agir maduramente no tabuleiro de negociações internacionais, fazendo concessões de seu mercado interno – SIM, mas em retribuição às simultâneas aberturas em mercado internacional e com preservação de espaços para políticas públicas visando o desenvolvimento. Esse é o aspecto mais importante das negociações internacionais que vem sendo competentemente conduzidas pelo Itamaraty desde 2001 no contexto da Rodada de Doha, que, esperamos, sinalize a forma de atuação futura desse ministério.

As boas práticas de fabricação na regulação sanitária

Recente matéria publicada na revista Chemical Market Reporter lembra que a legislação norte-americana, ao impor a inspeção das fábricas localizadas tanto fora como dentro do seu território para a aprovação do registro de princípios ativos (Active Pharmaceutical Ingredients - API) para medicamentos, garante o suprimento desses insumos de acordo com as normas de Boas Práticas de Fabricação para o seu mercado interno. E que tal legislação prevê, inclusive, rígidas punições para quem cometer fraudes contra o sistema de controle sanitário daquele país - o FDA (Food and Drug Administration), em procedimento que vem sendo adotado há 50 anos.

“...uma deficiente aplicação de GMP pode ser imediata ou de longo prazo: é como uma bomba-relógio. Poderá explodir amanhã, ou levar décadas para se notar qualquer coisa errada.”

A publicação destacou que na Europa, recentemente, uma nova legislação (UE Directive 2004/27/EC) entrou em vigor. Entretanto, fabricantes europeus de API, através de suas associações (APIC e EFCG), fazem severas críticas à nova legislação, indicando como erros que comprometerão a sua eficácia o fato dela não exigir a habilitação via inspeção dos fabricantes de API e não prever sanções duras para os casos de fraudes constatados. Essa legislação apenas delega a uma pessoa indicada pelo laboratório formulador a responsabilidade de garantir que os API utilizados ou comercializados tenham sido fabricados de

acordo com as normas Good Manufacturing Practice (GMP). Comenta-se que, finalmente, surgiu na UE uma legislação que diz ser ilegal o uso de API que não atenda requerimentos de GMP, mas também não resolve duas questões muito complicadas: (1) “se não há inspeção, como saber que não há “trapaças”? (2) “e se forem descobertas, quais serão as sanções?”.

Segundo a European API Association (APIC), o problema é grave, uma vez que:

- Mais de 80% dos API atualmente consumidos na Europa são originários de, aproximadamente, 10.000 plantas localizadas na Índia e China e não se sabe quantas atendem às Normas GMP.

- Muitos pequenos laboratórios europeus compram API de revendedores (brokers), os quais substituem os certificados de análises emitidos pelos fabricantes por cópia impressa em seu próprio papel, perdendo-se, assim, um dos pilares do GMP que é a rastreabilidade.

- A diferença entre um fabricante que não atende ao GMP e um outro, que o atende, é que este último tem um custo 25% superior, com velocidade e flexibilidade bem menores. Por isso, se não há fiscalização obrigatória, os fabricantes continuarão a operar sem atender às Normas GMP.

A maléfica consequência de uma deficiente aplicação de GMP pode ser imediata ou de longo prazo. É como uma bomba-relógio: poderá explodir amanhã, ou levar décadas para se notar qualquer coisa errada. A preocupação vigente é que não se descobre que há problemas até que seja tarde demais.

Um exemplo disso ocorreu em 1980, no Haiti, onde 80 crianças morreram após tomarem xarope para tosse no qual parte da glicerina tinha sido substituída por etilenoglicol. Nesse incidente, a adulteração da glicerina foi feita na China e o produto foi vendido para um revendedor em Hamburgo que, após passar por mais

outro revendedor, foi finalmente revendido para o laboratório no Haiti. Até hoje não se descobriram os responsáveis. Outro exemplo desse fato, e mais recente, ocorreu nos EUA, onde 17 pessoas morreram em consequência de uso de gentamicina abaixo do padrão.

“O que me preocupa é que temos um melhor sistema para checar se o bife no seu prato veio de um boi saudável, do que para saber se a aspirina que você toma veio de uma fábrica certificada”.

O European Fine Chemicals Group (EFCG) insiste que somente a inspeção governamental através da European Medicines Agency - EMEA - poderá garantir a segurança dos pacientes.

Claude Becker, membro da APIC, fotografou no início de 2005 empresas chinesas mostrando equipamentos novos que são utilizados para fabricar os produtos destinados ao mercado local, inspecionados e certificados pela China's State Food and Drug Administration, enquanto que os produtos para a exportação para a Europa são fabricados em equipamentos velhos e em mau estado de conservação.

A matéria produzida pela Chemical Reporter é encerrada com a seguinte declaração atribuída a Guy Villax, da APIC: “O que me preocupa é que temos um melhor sistema para checar se o bife no seu prato veio de um boi saudável, do que para saber se a aspirina que você toma veio de uma fábrica certificada”.

Desafios energéticos

Em 2020 seremos, segundo previsões de diferentes organismos internacionais, oito bilhões de seres humanos. Para a indústria de energia será um grande desafio atender às necessidades crescentes desta enorme população. Ao atendimento da demanda soma-se a necessidade de universalizar o uso de formas modernas de energia, uma vez que hoje mais de dois bilhões de pessoas não têm fornecimento comercial deste bem de primeira necessidade. Desafio ainda maior será o de desenvolver e disponibilizar fontes de energia renováveis e limpas, como aquelas a serem obtidas pela fusão nuclear.



*Ricardo Maranhão
Engenheiro, Vice-Presidente da AEPET*

Com o fortalecimento da consciência ambiental, a sociedade passa a exigir a utilização de energéticos não poluentes e um desenvolvimento, não predatório, sustentável.

São bem conhecidos os efeitos devastadores das emissões de gases decorrentes da queima de combustíveis fósseis, como o carvão mineral e o petróleo: danos na camada de ozônio, elevação da temperatura do globo, chuvas ácidas, poluição, doenças respiratórias e muitos outros.

O suprimento de petróleo, considerada a atual tecnologia, se tornará extremamente crítico em 2040 ou, no máximo, em 2060. Ele, juntamente com o gás natural (petróleo na fase gasosa), responde, hoje, por dois terços da energia primária consumida no mundo.

O século XXI poderá vivenciar uma crise energética de grandes proporções caso não sejam adotadas rigorosas medidas para desenvolver fontes alternativas, renováveis, e para racionalizar o consumo das formas atualmente em uso.

Não há carência de fontes de energia. O que ocorre é a falta de tecnologias e o aporte de recursos para transformar as fontes disponíveis em energia economicamente competitiva.

A energia é, fora de dúvidas, o componente vital, fundamental e indispensável da civilização contemporânea. É condição primordial para o conforto e a mobilidade do homem moderno. Sem ela a vida humana seria impossível.

No panorama energético mundial, o Brasil desfruta de condições excepcionais, o que lhe garantirá um futuro de progresso e desenvolvimento se soubermos defender os nossos recursos e aproveitar as potencialidades que a natureza nos legou.

No setor petróleo/gás, com a Petrobras, atingiremos a auto-suficiência já em 2006. Temos produção crescente, com reservas crescentes. A nossa indústria petrolífera é nova (tem 66 anos, contra quase 150 anos da norte-americana), o que nos garante novas descobertas nos próximos anos. Neste setor, onde os sucessos da Petrobras são inquestionáveis, a grande ameaça é representada pelos leilões da ANP, que podem transferir para empresas estrangeiras decisões estratégicas da indústria, com a abertura para exportação de grandes volumes de óleo. Isto poderá predar as nossas reservas, criando uma dependência desnecessária no futuro.

Temos um enorme potencial hidráulico, ainda longe de ser utilizado na sua plenitude.

No setor nuclear, que responde por menos de 1% da energia primária utilizada no País, as nossas jazidas de urânio, lí-

tio e outros minerais com potencial para aproveitamento nesta área, bem como a tecnologia desenvolvida pela INB também nos garantem um futuro promissor.

A disponibilidade de centenas de milhões de hectares de terras agricultáveis, as condições de insolação, dos ventos, nossas reservas na área da biodiversidade – representam cerca de 25% das disponibilidades mundiais –, os resíduos da agricultura, o grande volume de lixo no meio urbano – pode ser aproveitado por tecnologia genuinamente nacional –, a variação das marés, etc., abrem amplas perspectivas para o Brasil.

Somente com o bagaço de cana, estima-se, podemos contar com uma potência da ordem de 7,7 milhões de Kw.

O potencial eólico é enorme, equivalente a 144 milhões de quilowatts.

Também temos condições singulares para o aproveitamento da energia solar e, na biomassa, somente nos resíduos florestais o potencial estimado é de 28 milhões de Kw.

Todas estas possibilidades dependem exclusivamente de nós, brasileiros. Exigem um esforço de coordenação, e, portanto, o retorno às atividades de planejamento energético, abandonadas pela orientação neoliberal do governo passado, que levou o País a sucessivos apagões.

Necessitam, também, de investimentos maciços em tecnologia e na execução de projetos capazes de expandir a oferta de energia.

Um esforço enorme e uma batalha que certamente venceremos. Mãos à obra!

A PVP e a cera de Carnaúba

A PVP Sociedade Anônima é uma empresa brasileira fundada em 1962 com o objetivo de extrair matérias-primas e fabricar produtos intermediários ou ingredientes para a indústria farmacêutica, cosmética e alimentícia. Sua operação industrial é baseada na extração de plantas encontradas na biodiversidade brasileira, em especial nas regiões norte e nordeste. Enquanto na década de 80 a preocupação com a natureza ganhava corpo em todo mundo, a PVP já utilizava plantas como matérias-primas, pois desde sua criação ela se dedicava à extração de princípios ativos obtidos a partir de espécies vegetais encontradas na biodiversidade brasileira, inclusive na floresta amazônica, onde se encontra a maior diversidade botânica do planeta. Por isso mesmo, a PVP tem coletado suas matérias-primas vegetais de forma ordenada, considerando a reposição espontânea que a natureza oferece. Os primeiros produtos da empresa desenvolveram-se a partir da Carnaúba (*Copernicia Prunifera*), tendo mais tarde iniciado a extração de produtos vegetais obtidos de espécies nativas importantes da flora brasileira, entre as quais se destacam, além da Carnaúba, o Jaborandi (*Pilocarpus Microphyllus*), a Fava d'Anta (*Dimorphandra Mollis*), o feijão *Mucuna* (*Stizolobium Deeringeanum*), e o Pau d'Arco ou Ipê Roxo (*Tabebuia Avellanadae*). A seguir apresentamos um depoimento do diretor da PVP.



Marc Theophile Jacob
Diretor da empresa PVP Sociedade Anônima

A cera de Carnaúba é uma cera vegetal obtida a partir da extração e processamento do pó cerífero das palhas da palmeira denominada Carnaubeira ou Carnaúba (*Copernicia Prunifera*).

A Carnaubeira é uma palmeira nativa que cresce nos grandes vales dos Estados do Piauí e do Ceará e, também, em menor extensão nos Estados do Rio Grande do Norte e do Maranhão. Existem 13 espécies do gênero, todas ocorrendo na América Latina, porém somente a variedade encontrada do Brasil produz o pó cerífero. Resistente à pequena precipitação pluviométrica, embora vicejando em áreas

mais "frescas" e molhadas por mais largo espaço de tempo durante os períodos de chuvas da região, a Carnaubeira não é exigente de tratamentos culturais e pode ser compatível com outras atividades agro-pastoris. Estima-se que entre as folhas jovens, ainda não abertas, chamadas de "olhos" ou "espadas", além de outras designações, e as folhas adultas, abertas, coleta-se em média 60 folhas por palmeira por "corte". Entende-se por "corte", a atividade levada a efeito uma ou duas vezes por ano, onde, de forma sistemática, são cortadas as folhas das carnaubeiras, deixando-se pelo menos de 3 a 5 olhos.

O período de corte principia 30 dias após o término do período de chuvas, quando o terreno nos carnaubais já está seco e as palhas adultas apresentam-se maduras e com bom teor de pó, e se estende até o mês de dezembro, dependendo da paralisação dos trabalhos de coleta e do início do novo período de chuvas na região.

Considerada apenas a produção final em cera refinada, como utilizada pelas indústrias, a produção média de cera de Carnaúba por palha coletada é de 3,3 gramas. Um programa em fase de propagação do

uso de estufas especiais para a secagem das palhas promete dobrar esse rendimento em teor de cera final. As exportações anuais atingem uma média 15.000 toneladas e o consumo interno é estimado ser de 2.500 toneladas. Portanto, 17.500 a 18.000 t./ano.

"... a produção média de cera de Carnaúba por palha coletada é de 3,3 gramas. Um programa em fase de propagação do uso de estufas especiais para a secagem das palhas promete dobrar esse rendimento, em teor de cera final."

As palhas secas e já desprovidas da quase totalidade do pó cerífero que as recobria não são ainda aproveitadas, embora haja estudos em curso visando o aproveitamento da celulose e da lignina. O teor de celulose contido nas palhas da carnaubeira oscila entre 26 e 33%, a depender do tempo de cozimento, quantidade e nature-



livres, de álcoois livres, além de pequena quantidade de resinas e hidrocarbonos.

A cera é uma cera dura e de alto ponto de fusão (83°- 85°C). O uso tradicional mais importante para a cera de Carnaúba era para polimentos em geral, tendo essa aplicação evoluído tanto no uso de graxas industriais permanentes como no emprego de emulsões de diversos tipos para as mais diversas aplicações. Outras características físico-químicas da cera de Carnaúba respondem pelo o seu largo emprego em eletrônica (chips e transistores) e no setor de informática, tanto na área de reprodução das informações como na de produção de hardwares. Corolário dessa informação é o crescimento do consumo da cera de Carnaúba que, de 1.700 t/ano em 1993, atingiu 3.600 t. em 2001 (caiu um pouco nos anos seguintes devido à crise ocorrida naquele país que importou, em 2004, 2.700 toneladas; mesmo assim, um incremento formidável em um mercado, até aqui, maduro).

A propalada escassez do petróleo abre grandes novas perspectivas para a cera de Carnaúba, pois os polímeros derivados do petróleo tratados até aqui como subprodutos passarão cada vez mais a ser considerados como produtos principais na formação dos custos e preços de venda e, como já vem ocorrendo atualmente, tenderão a ter seus preços sensivelmente aumentados. Como a cera entra em muitas formulações onde os polímeros também se incluem, pode-se esperar que ela venha a ter maior participação nessas fórmulas. Daí a neces-

“Como a cera entra em muitas formulações onde os polímeros (derivados de petróleo) também se incluem, pode-se esperar que ela venha a ter maior participação nessas fórmulas. Daí a necessidade de promover-se um aumento de sua produção.”

sidade de promover-se um aumento de sua produção.

Seja para aplicação nos setores onde a cera já é utilizada, onde uma demanda mais específica exigirá a produção de tipos

“Seja para aplicação nos setores onde a cera já é utilizada, seja para fins não contemplados atualmente que abrirão largas perspectivas para a cera de Carnaúba, é de esperar-se uma impulsão do produto...”

especiais de ceras (baixo teor de bolhas de ar na cera, baixo teor de cinzas, índice de acidez controlado e baixo, teores mais definidos de índices de saponificação e outras ceras para usos especiais), seja para fins não contemplados atualmente que abrirão largas perspectivas para a cera de Carnaúba, é de esperar-se uma impulsão do produto, o que exigirá aumento de capacitação científica e tecnológica dos participantes do setor.

A PVP S.A. e a Tropical Ceras do Brasil Ltda., sua coligada, produzem todos os tipos de ceras de Carnaúba, detendo, inclusive, patente de processo exclusivo de fabricação. Além da Carnaúba, produz também a cera de abelhas e outros tipos especiais de ceras, área onde desenvolve pesquisas continuamente.



za do álcali empregado. Tendo em conta a produção em gramas de cera por palha, a produção anual de cera e o peso médio das palhas secas da carnaubeira, chega-se a uma estimativa de que são cortadas anualmente 5 bilhões de palhas a um peso total de 1.600 mil toneladas de matéria-prima para uma eventual produção de celulose. Neste sentido, apresentamos um trabalho à consideração da 3ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, ocorrida em outubro do ano passado em Brasília.

O valor total das exportações de cera de Carnaúba mais o consumo interno (em dólares) é de aproximadamente 38 milhões de dólares. A utilização da metade da matéria-prima disponível para a produção de celulose de fibra curta resultaria em 240 mil toneladas de celulose que, ao preço atual de US\$ 580.00/t, produziriam 140 milhões de dólares, quatro vezes mais do que o valor atual da cera produzida que, entretanto, poderá aumentar rapidamente pelas melhorias do processo de secagem da palha como vimos propondo há anos.

Mais de 85% da cera de Carnaúba se compõe de ésteres de ácidos graxos, além de pequenas porcentagens de ácidos graxos

O ambiente macro e o microeconômico



Foto: USP/CCS/DVIDSON/ARGUS Documentação - Cecília Bastos - 11.10.2001

Entrevista Ricardo Sennes

Existe uma visão estratégica para o desenvolvimento do País no longo prazo ou apenas temos um prolongamento do plano de estabilização?

Acho que o Brasil deu um passo importante com a consolidação do Plano Real, diria mesmo fundamental. Porém, insuficiente em termos dos padrões de desenvolvimento almejados e necessários para um país como o nosso. Estabilização macro-econômica é uma condição necessária, mas insuficiente. O governo FHC perdeu parte importante de seu impulso político ao ser incapaz de transitar da agenda focada na consolidação do Plano Real (1º mandato) para uma agenda claramente pró-crescimento e desenvolvimento. Foi dessa incapacidade que a candidatura Lula se alimentou e se viabilizou. Lula, após a Carta ao Povo Brasileiro, buscou claramente combinar uma proposta de estabilidade com uma de crescimento. Infelizmente, não foi capaz de implementar essa proposta.

O crescimento econômico requerido para o País somente poderá ser al-

cançado através de severos cortes no orçamento público, ou ele também poderia ser buscado através de juros menores ou outras reformas que permitissem crescer com estabilidade?

O Brasil é um país que combina ilhas de excelência com um mar de economia de massa e manchas de miséria. Ou seja, é um país profundamente desigual social, política e economicamente. Num contexto como esse, parece óbvio que políticas ativas de fomento ao desenvolvimento e correções de distorções são necessárias. Estou entre aqueles que acreditam que o livre-mercado é o melhor instrumento de alocação de recursos escassos, porém ele não é perfeito e nem funciona adequadamente em ambientes com fortíssimas distorções sociais, deficiências institucionais etc.

É necessário reconhecer que não se trata de pensar que o Brasil apenas se desenvolverá pela ação das políticas públicas; ao contrário, essas políticas devem ser seletivas e corretivas.

A questão do juros é hoje, possivelmente, a maior política industrial horizontal que o país pode ter. No Brasil é impressionante a resposta do setor produtivo a pequenas reduções do custo do capital. Como uma economia de massa, ou seja, brutalmente diversificada e com um número enorme de empresas atuando, o gargalo do crédito, do capital de giro e da capacidade de captação é fatal. O efeito do juros numa economia como a nossa é bem diferente de uma economia com empresas muito mais estruturadas e que contam com um setor financeiro basicamente voltado ao crédito.

Como analisa a situação do câmbio nos dias atuais?

Na questão do câmbio é necessário distinguir dois pontos. Um é a sua volatilidade, outro é a sua apreciação. Possivel-

mente a primeira é ainda mais grave que a segunda. O câmbio é a variável que liga toda a economia de um país à economia mundial. Preservar o país de oscilações bruscas na taxa de câmbio deve ser uma meta das autoridades econômicas, pois seus danos não são apenas derivados das perdas extraordinárias que algumas empresas podem por ventura sofrer, os principais danos são sobre a imagem do país como base segura para operações de caráter internacional. Esse é um mal de cura muito lenta, pois o risco cambial é um dos mais sensíveis para qualquer investidor ou exportador.

Outro ponto é a apreciação do câmbio. Alguns economistas afirmam que a valorização do Real nada tem a ver com a taxa do juros, mas que ela é fruto de excelentes condições de nossos números macro-econômicos. Eu acho que essa versão dos fatos é pouco sustentável. Acreditar que o fato de termos a maior taxa de juros reais do mundo não afeta nossas contas externas, em particular o câmbio, é um ato de boa vontade para com a política econômica atual.

Somente utilizar políticas públicas horizontais ou valer-se também de políticas setoriais em áreas estratégicas para o desenvolvimento econômico e social do País?

Eu acho que política de fomento a áreas estratégicas para o desenvolvimento de um país como o Brasil é fundamental. Acho que elas podem ser mais descartáveis para países como França, EUA ou Alemanha, embora todos eles as pratiquem. Mas para um país com as distorções sociais, econômicas e institucionais do Brasil acho que são fundamentais.

Agora, é também verdade que essas políticas devem ser muito cuidadosas e ter um caráter realmente público e estratégico; ou seja, focar em áreas de comprovadas externalidades positivas, sejam elas

sobre a renda, sobre o padrão tecnológico das empresas ou sobre o emprego.

Desenhos puramente setoriais dessas políticas podem ser insuficientes para captar focos realmente precisos. É necessário definir políticas ativas mas de forma transparente e lastreado em critérios técnicos amplamente reconhecidos como válidos, sob pena de comprometer a utilidade e a necessidade dessas políticas com práticas pouco defensáveis, pois isso o Brasil já viu exemplos demais.

A elevada sobra de caixa do BNDES não poderia ser canalizada para um fundo destinado a equalizar as taxas de juros ao nível internacional para investimentos em áreas estratégicas?

O BNDES tem sido objeto de intenso debate. O desenho de uma agência de financiamento ao desenvolvimento é algo que deve estar em constante mudança e deve corresponder entre outras coisas ao grau de maturidade dos mercados de capitais e do próprio mercado de créditos. O BNDES tem tido dificuldade de responder com a mesma eficiência a todas as metas que lhe são atribuídas. Ele hora é o Eximbank do país, hora é o banco social, hora é o banco das grandes empresas, hora é o banco da infra-estrutura nacional. Porém, raramente é o banco das médias e pequenas empresas, ou mesmo, da promoção de integração de cadeias produtivas. Agora ele está sendo demandado para apoiar a internacionalização das empresas brasileiras, mas está ainda sem linhas definidas para isso. Ou seja, ele tem uma tarefa hercúlea e bastante diferenciada, mas sem dúvida segue sendo a grande agência de desenvolvimento do Brasil. Aliás, nesse papel resistiu até mesmo aos mais ortodoxos governos recentes.

Não lhe parece que inovação tecnológica tem que ser focada na empresa produtiva e deixar de ser apenas matéria erudita, para gerar emprego e renda, propiciando assim o crescimento do País?

A inovação tecnológica, vista no seu sentido amplo, é possivelmente o objetivo mais importante de uma política de fomento ao desenvolvimento. Inovação é a chave um crescimento sustentável, de outra forma, trata-se de bolhas de crescimento. Inovação também é vital no sentido de que qualquer impulso de desenvolvimento hoje de áreas da economia nacional deve ter como parâmetro o mercado internacional. Ou seja, políticas de fomento devem apoiar iniciativas e empreendimentos que, ao gerarem inovação no Brasil, externalizem seus efeitos para outras áreas da economia e, ao mesmo tempo, credenciem essas iniciativas a serem competitivas internacionalmente. Esse duplo objetivo é o que garante a essas políticas legitimidade política e eficácia econômica.

Maior grau de abertura comercial a qualquer preço, como desejam alguns macroeconomistas, não é desconhecer a enorme heterogeneidade do Brasil e a potencialidade de seu mercado interno em negociações internacionais?

Não acho que esse seja um diagnóstico correto para a baixa capacidade das empresas brasileiras – com raras exceções – de atuar internacionalmente. Que o Brasil precisa exportar e importar mais não há dúvidas que sim. Agora, isso deve ser buscado através de uma agressiva política de apoio à integração das empresas sediadas no Brasil – sejam elas nacionais ou não – às grandes redes produtivas e de inovação mundiais. Nessa perspectiva, a estratégia do País deve ser outra que não a pura e simples idéia do “choque de abertura”. Acho que é uma proposta limitada para um problema estrutural da economia brasileira.

Como vê o trato de temas como propriedade intelectual e investimentos em negociações internacionais?

O Brasil tem tido uma política externa com pontos muitos positivos e outros bas-

tante negativos. Entre os negativos figura uma agenda de inserção econômica pouco condizente com os padrões atuais do mercado internacional e com vários setores da economia nacional. O Brasil, com raras exceções, tem definido estratégias defensivas na área econômica e, em alguns casos, como a área financeira, basicamente inexistentes. A grande exceção aqui é a agenda na área de comércio agrícola. Mas convenhamos que é muito pouco para um país com o Brasil. Acho que o Brasil é pouco criativo e, por isso, pouco assertivo em agendas que podem ser benéficas para o país, entre elas a agenda de investimentos e de propriedade intelectual. Acho que o Brasil precisa fazer nessas agendas a revolução que fez na agenda ambiental na qual foi capaz de conduzir, durante a Rio-92, uma grande virada no seu posicionamento internacional e propôs uma agenda de preservação ambiental com uma de desenvolvimento. O Protocolo de Kioto e os instrumentos pró-desenvolvimento limpo são resultados dessas mudanças. Ou seja, não basta ficar dizendo sempre não e acusando os demais países de conspirar contra o desenvolvimento brasileiro, é necessário apresentar uma agenda positiva e de interesse ao País. Existe espaço para o País fazer isso nos temas de PI e investimentos.

Economista (PUC-SP), mestre e doutor em Relações Internacionais (USP). Membro do Grupo de Acompanhamento da Conjuntura Internacional da USP (GACINT), do Conselho Editorial da Revista Foreign Affairs em espanhol. Foi Coordenador do Escritório do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) em São Paulo e pesquisador visitante do Woodrow Wilson Center (Washington), da Georgetown University (Washington) e da University of Califórnia, San Diego. É sócio da Prospectiva Consultoria.

DEPOIMENTO DE ALBERTO MANSUR (por ocasião da inauguração da sede da ABIFINA)

É uma honra para nós ter colaborado na construção da nova fase da ABIFINA, dentro dos mesmos princípios que nortearam a industrialização química do País na década dos anos 70, caracterizados pela determinação, organização, disciplina e compromissos com a nação - que marcam a história de vida do Nelson Brasil e de todos os profissionais que construíram a indústria petroquímica no Brasil. E tudo isso alicerçado em ética empresarial, inovação tecnológica e pureza na maneira de pensar - que veio da Escola do General Ernesto Geisel, criador de toda uma maneira de se pensar alto, com seriedade e amor ao País.

A ABIFINA inicia uma nova fase na química fina que já foi por nós concretizada na petroquímica, qual seja a de planejar, antever medidas, atuar visualizando todos os segmentos da química fina - agroquímicos, fármacos, catalisadores, produtos da biotecnologia, enfim, tudo que é da maior densidade tecnológica dentro desse setor da indústria química. É nosso propósito criar comitês de gestão dentro da ABIFINA para fazer tudo o que nós, empresários, técnicos e profissionais com determinação sentimos que tem faltado na atualidade do País - e que nós tínhamos de sobra na década dos anos 70/80. Então, é acreditando no futuro, acreditando nas pessoas da ABIFINA, que nós empresários vamos levar essa idéia de industrializar o País, de agregar valor ao produto da química fina, concentrando aqui na ABIFINA nossos esforços políticos e intelectuais. Ao Guedes, Nelson, Marcos e a toda equipe da ABIFINA o meu abraço e o meu apoio.

**CÂMARA DE MEDICAMENTOS**

Atendendo solicitação do governo federal, a ABIFINA sugeriu a seguinte pauta de temas do interesse da química fina e do consumidor brasileiro para serem tratados em futuras reuniões da Câmara Setorial de Medicamentos:

- Acesso a Medicamentos.
- Qualidade de Medicamentos e Farmoquímicos.
- Registro de Medicamentos e Farmoquímicos.
- Qualificação dos Processos de Fabricação de Farmoquímicos e Medicamentos.
- Rastreabilidade na Produção de Farmoquímicos e Medicamentos.
- Estratégia de Suprimento de Farmoquímicos para os Programas Brasileiros de Medicamentos para AIDS e Doenças Negligenciadas.
- Política de Garantia de Qualidade nos Suprimentos de Farmoquímicos para os Programas Brasileiros de Medicamentos especialmente para AIDS e Doenças Negligenciadas.

ABDI

Representada pelos dirigentes da ABIFINA, Luiz Guedes, Nelson Brasil e Alberto Mansur, a entidade participou de workshop realizado no dia 25, na sede da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, destinado a examinar sugestões apresentadas pelos empresários do setor da química fina no contexto de políticas públicas. Da reunião participaram, pela ABDI, o presidente Alessandro Teixeira, o gerente de articulação institucional Clayton Campanhola, o chefe de gabinete Ricardo Schaefer, o assessor parlamentar

Saulo da Matta e a técnica Cheila Pimenta. Pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior participaram o assessor parlamentar José Luiz Azeredo e o representante do GIPI/MDIC, Márcio Suguieda. Nesse evento foram analisados projetos de lei em discussão no Congresso Nacional e propostas colocadas em diferentes órgãos governamentais, cuja articulação constitui a função essencial da ABDI. Houve plena convergência de posições entre o ente público e o setor privado, em termos de busca dos superiores interesses nacionais objetivados pela política industrial e tecnológica do presidente Lula: incentivo à industrialização no país (fabricação local) e à inovação tecnológica focada na empresa. O presidente Alexandre Teixeira assegurou aos empresários do setor industrial da química fina que a ABDI se dedicará à solução dos problemas apontados pela ABIFINA, articulando ações do governo.

HOME-PAGE



Para conhecer com mais detalhes todas as atividades desenvolvidas normalmente pela ABIFINA, os generosos leitores deste ABIFINA Informa são convidados a acessar a home-page da entidade no endereço www.abifina.org.br e conosco interagir.

AGENDA DA INDÚSTRIA: SUGESTÕES ENVIADAS PARA FIRJAN E CNI

Atendendo solicitação da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) e da Confederação Nacional da Indústria (CNI), após ter ouvido seus associados, a ABIFINA se posicionou em relação aos projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, constantes da Agenda Legislativa da Indústria.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL



DESBUROCRATIZAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

Em atendimento à solicitação da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), e após ouvir o quadro social da ABIFINA, esta entidade emitiu parecer sobre propostas da AEB na área de comércio externo, inclusive se posicionando sobre anteprojeto de Medida Provisória tratando desse assunto.

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Tendo como base os resultados do Encontro Empresarial com autoridades públicas, articulado pela ABIFINA em novembro de 2005, a entidade consolidou comentários sobre a evolução da política industrial, tecnológica e de comércio exterior do governo brasileiro ao longo de 2005, tendo remetido o relatório correspondente para representante da indústria no Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial.

SISTEMAS ORGANIZACIONAIS

A ABIFINA vem iniciando, com apoio da sua associada Milenia Agro Ciências, e contando com o apoio do consultor Carlos Alberto Geirinhas, a implantação de um novo sistema organizacional e de padronização da entidade. Após a realização de um workshop ocorrido em dezembro, o primeiro passo a ser dado agora será a implantação do sistema conhecido como 5S, estando o "dia D" previsto para início de março. O passo seguinte será a criação de um moderno Centro de Documentação na entidade de forma que, após a sua implantação, deverá permitir a recuperação de qualquer informação ou documento (físico ou virtual) em poucos segundos.

O QUE É O PROGRAMA "5S"

• Origem

O "Programa 5S" foi concebido por Kaoru Ishikawa em 1950, no Japão do pós-guerra, inspirado na necessidade, que havia então, de colocar ordem na grande confusão a que ficou reduzido o país. O Programa demonstrou ser tão eficaz enquanto reorganizador das empresas e da própria economia japonesa que, até hoje, é considerado o principal instrumento de gestão da qualidade e produtividade utilizado naquele país.

Atualmente o programa "5s" está incorporado ao cotidiano de grande parte das organizações.

• Objetivo

Seu objetivo é transformar o ambiente das organizações e a atitude das pessoas, melhorando a qualidade de vida dos funcionários, diminuindo desperdícios, reduzindo custos e aumentando a produtividade das instituições.

• Significado dos "5S"

Seiri- DESCARTE: Separar o necessário do desnecessário.

Seiton- ORGANIZAÇÃO: Colocar cada coisa em seu devido lugar.

Seiso- LIMPEZA: Limpar e cuidar do ambiente de trabalho.

Seiketsu- SAÚDE: Tornar saudável o ambiente de trabalho.

Shitsuke- AUTODISCIPLINA: Rotinizar e padronizar a aplicação dos "S" anteriores

• Dia "D"

O "Dia D" marca o início do programa. Nesse dia, com a participação de todos os funcionários da empresa/entidade, são colocados em prática os conceitos descarte, organização, limpeza e saúde.

O desenvolvimento em questão



Marcos Oliveira
Vice-Presidente da ABIFINA

Ao longo da era da expansão colonial européia, as possibilidades de desenvolvimento dos países colonizados ficavam limitadas pelo interesse dos colonizadores nas relações comerciais de troca. Toda a produção das colônias que era de interesse do colonizador tinha a possibilidade de se desenvolver tecnicamente em busca de uma maior produtividade, cujos ganhos eram apropriados, logicamente por quem comandava as relações de troca. Assim é que a produção de estanho nas minas bolivianas ou do cobre nas minas de Catanga ou o cultivo do algodão na Índia poderiam receber o influxo de tecnologias novas para ganhar produtividade, mas o conhecimento tecnológico, em grande parte embutido nas máquinas, implementos ou produtos diversos usados no processo ou ainda na geração de energia e no transporte não se disseminava e era impedido de ser empregado em outras funções, não raro por imposição de força. Toda a produção colonial que não interessasse ao colonizador era cerceada, especialmente aquela que pudesse de alguma forma competir com a produção do país dominante. O caso da indústria têxtil da Índia é o exemplo mais conspícuo e mais dramático, mas está longe de ser o único.

No Brasil, até a chegada de Dom João VI, sabe-se, era vedada a instalação de fábricas de qualquer natureza, mesmo as

mais rudimentares, bem assim a existência de escolas e a política colonial portuguesa estava longe de ser original. O modelo era similar em todos os países coloniais pela boa razão da existência de uma motivação comum: a exploração econômica das relações de troca. Nem mesmo o argumento da “expansão da fé”, tão caro às coroas portuguesa e espanhola era capaz de mascarar o interesse econômico que formatava as relações coloniais. Escorados em sua superioridade bélica, os colonizadores impunham regimes comerciais em que as colônias forneciam matérias primas e recebiam produtos manufaturados, tinham seu comércio exterior severamente controlado e a aquisição de novas tecnologias era desencorajada, quando não proibida, especialmente a de uso bélico.

O século XX assistiu ao lento, e tantas vezes trágico, desmoronar do sistema colonial sem chegar a ver uma transformação substancial nas possibilidades de desenvolvimento das ex-colônias, tanto nas de libertação mais recente quanto nas mais antigas. É que o antigo sistema colonial foi substituído por uma ordem jurídica internacional imposta pelos ex-colonizadores, escorados na enorme assimetria de poder de que desfrutavam e que, em larga medida, mantém as condições do sistema anterior.

Estas considerações vêm a propósito da profunda decepção pelos resultados colhidos pelos países menos desenvolvidos, em sua maioria ex-colônias, depois de sucessivas rodadas de negociações comerciais e o estabelecimento de tantos tratados internacionais de cooperação. Tanto no estabelecimento original do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) quanto nas sucessivas rodadas de negociação que se sucederam, os interesses dos países menos desenvolvidos não prevaleceram e as relações internacionais de comércio permaneceram extremamente favoráveis aos países mais ricos. A Rodada Uruguai, de tantas promessas de liberação e redução de desigualdades, só fez piorar a situação. O protecionismo dos países centrais em relação aos produtos básicos, sobretudo agrícolas, da periferia continuou inalterado e as pro-

messas de transferência de tecnologia ficaram nisto, promessas. Na realidade, com a harmonização sobre propriedade intelectual alcançada com o acordo de TRIPS, o grau de liberdade dos países em desenvolvimento em matéria tecnológica ficou ainda mais reduzido. Foi esta percepção de fracasso que motivou o lançamento da atual rodada de negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio, a Rodada de Doha, de evolução tão tumultuada e improdutiva até aqui.

“É oportuno meditar sobre estas questões no momento em que o Brasil está envolvido no aprofundamento de suas relações internacionais, empenhado na negociação de tantos acordos multilaterais, regionais e bilaterais.”

Alguns poucos países têm conseguido se desenvolver trabalhando no limite da desobediência ao novo sistema mundial, escorados em condições intrínsecas de poder – população, território, unidade de concepção política e poderio bélico –, Índia e China sendo os exemplos a citar. Sua adesão ao sistema vem crescendo, mas paulatinamente na medida do grau de avanço que alcançam no processo de seu desenvolvimento interno. A unidade política que sustenta suas ações é a mesma que derrotou a ideologia colonial no mundo inteiro: o nacionalismo.

É oportuno meditar sobre estas questões no momento em que o Brasil está envolvido no aprofundamento de suas relações internacionais, empenhado na negociação de tantos acordos multilaterais, regionais e bilaterais. A lição que vem da Ásia, dos países que vêm tendo sucesso, certamente não aponta para a solução do desenvolvimento dependente, do internacionalismo ingênuo, embora sedutor. Ao contrário, é no fortalecimento do poder nacional que repousam as esperanças de um desenvolvimento mais forte e mais justo.